

## **1. Apresentação da Organização**

ENDA Santé, ONG fundada em 1972, tem a sua sede em Dakar (Senegal) e possui delegações na América do Sul, na Europa (Paris) e na África Central e Ocidental. Abriu oficialmente a sua delegação na Guiné-Bissau em 2008, quando assinou um acordo de parceria com o governo da Guiné-Bissau. Em 2021, finalizou este processo com a obtenção do certificado nacional de ONG.

## **2. Estrutura do discurso e Tema a ser abordado**

A minha intervenção será sobre:

- 2.1. As recomendações feitas ao estado da Guiné-Bissau para o setor da saúde
- 2.2. A evolução da situação em relação a estas recomendações
- 2.3. Propostas de recomendações (reformulação de recomendações anteriores não implementadas ou parcialmente implementadas).
- 2.4. *As recomendações feitas ao estado da Guiné-Bissau para o setor da saúde*

Ao longo do terceiro ciclo do exame periódico universal, a Guiné-Bissau recebeu 15 recomendações relativos ao Direito a saúde, alguns esforços foram feitos para implementar estas recomendações.

### ***2.2. Evolução da Situação em relação as recomendações***

Progressos importantes foram verificados no setor da saúde com a elaboração e atualização de documentos importantes para a orientação do setor de modo geral e a resposta específica a algumas doenças que assolam a população do país. Despacho ministerial que visam assegurar a gratuidade dos serviços de saúde para idosos e crianças menos de 5 anos.

No entanto o financiamento no setor da saúde ainda está a quem do estabelecido pela declaração de Abuja que prevê que pelo menos 15% do orçamento seja alocado para o setor da saúde.

Importa salientar ainda que o país não dispõe um a lei de base da saúde que pode estabelecer as bases para o funcionamento do setor.

Para além de aspetos normativos do ponto de vista dos cuidados alguns desafios persistem:

- Disponibilidade da vacina para hepatite B apenas aos 45 dias de vida e não a nascença conforme o recomendado
- Indisponibilidade de tratamento para casos de mono-infeção com hepatite B
- Não integração do rastreio do cancro do colo de útero na rotina dos serviços de saúde reprodutiva
- Ausência de um serviço de oncologia, técnicos e equipamentos necessários para o tratamento de cancro

- Acesso limitado aos serviços de saúde reprodutiva por parte das grávidas por diversos fatores
- Ausência de serviços de internamento nos serviços públicos para pacientes com doenças mentais e toxicodependentes
- Fraca qualidade dos dados e dos registos dos pacientes feitos em papel e dificuldades no arquivo dos mesmos
- Não integração dos dados das ONG no sistema usado para informação sanitária do país (DHIS2)
- Insuficiência na divulgação e na aplicabilidade das leis: A lei 14/2011 de Mutilação Genital Feminina, lei Violência Doméstica, Política Nacional de Igualdade de Género I, II e III, a Lei 11/2010 de Saúde Sexual e Reprodutiva, Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas Com Deficiência até 2027
- As pessoas com diferentes tipos de deficiência têm dificuldade em aceder aos serviços de saúde devido a falta de adaptação das estruturas e preparação dos técnicos de saúde para lidar com diferentes formas de deficiência
- Apesar de existir elementos que demonstram que a medicina tradicional é o que a maioria da população recorre em caso de problemas de saúde a colaboração entre a medicina tradicional e convencional ainda é limitada
- Devido à disponibilidade limitada de técnicos as estruturas de saúde que se encontram em zonas mais distantes das capitais regionais têm recursos humanos insuficientes em quantidade e qualidade razão pela qual o recurso à telemedicina e a teleconsulta poderá ser um recurso para o acesso ao diagnóstico e tratamento nestas zonas
- Sendo um país com zona insular o país já se depara com impactos das alterações climáticas e que uma relação com a saúde da população neste sentido é necessário monitorar esta questão

#### ***2.5. Propostas de recomendações (reformulação de recomendações anteriores não implementadas ou parcialmente implementadas)***

- Assegurar um aumento progressivo do financiamento nacional da saúde até 2028 alocando pelo menos 15% do orçamento geral do estado, conforme a declaração de Abuja
- Introdução da vacina de contra hepatite de B a nascença e vacinação de HPV sobretudo para meninas até 2027 e assegurar a sua efetiva disponibilidade
- Assegurar a disponibilidade do tratamento das hepatites
- Elaborar política e implementar programas de saúde materna e infantil comunitária, incluindo campanhas móveis (2025 até 2030)
- Assegurar a formação dos técnicos de saúde nos diferentes domínios de especialidade e zelar para a sua afetação e retenção e apropriação
- Elaborar, validar e adotar uma nova lei de base para a saúde comunitária (2025 até 2027)
- Integração do rastreio de cancro de colo de útero nos serviços de saúde reprodutiva em todas as estruturas sanitárias para as mulheres a partir de 2026

- Criar serviços de quimioterapia e radioterapia: adquirir equipamentos e formação de técnicos no período de 2025 até 2030
- Criar Infraestrutura adequada para o acolhimento para reabilitação de patologias de saúde mental e toxico dependentes até 2025
- Implementar a digitalização abrangente do sistema de saúde para aprimorar a eficiência e a gestão dos serviços de saúde, com a execução planejada até 2030
- -Integrar todos os programas de saúde, incluindo os dados das ONG, no sistema de informação sanitária (DHIS2)
- Assegurar a ampla divulgação e a aplicação efetiva das leis existentes
  - A lei 14/2011 de Mutilação Genital Feminina,
  - A lei Violência Doméstica,
  - Política Nacional de Igualdade de Género I, II e III
  - A Lei 11/2010 de Saúde Sexual e Reprodutiva e
  - Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas Com Deficiência até 2027
  
- Adaptar a infraestrutura sanitárias e ferramentas para garantir a inclusão de todas as formas de deficiência até 2030
- Elaborar um plano estratégico de colaboração e integração entre a medicina tradicional e convencional (2025 até 2030)
- Implementar serviços de telemedicina e consultas online até 2030
- Monitorar o impacto das alterações climáticas na saúde das populações sobretudo nas zonas costeiras daqui a 2026